



P317

MONITORAMENTO PARTICIPATIVO DA QUALIDADE DE ÁGUA DA COMUNIDADE DE RIACHO DAS PEDRAS COMO FERRAMENTA DE GESTÃO AMBIENTAL: OS VIGILANTES DA ÁGUA NO ESTADO DO CEARÁ

Francisco Nataniel dos Santos Silva¹, Enio Giuliano Girão², Francisca Dallia Menezes de Sousa^{1,2}, Aryberg de Souza Duarte¹
¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará; ²Embrapa Agroindústria Tropical; ³Universidade Estadual do Ceará

No Semiárido do Nordeste brasileiro é constante a busca por fontes hídricas de boa qualidade, devido à irregularidade das precipitações e à sua concentração em poucos meses do ano. Inúmeras comunidades rurais dependem do abastecimento de carros-pipas e de outras fontes hídricas de qualidade duvidosa. O presente trabalho apresenta o programa desenvolvido na comunidade de Riacho das Pedras, pertencente ao município de General Sampaio no estado do Ceará, adotando metodologia baseada no Programa *Global Water Watch* (GWW), desenvolvido pela Universidade de Auburn, Alabama, Estados Unidos da América. O método emprega educação ambiental e técnicas didáticas de análise da qualidade da água, permitindo a obtenção de informações sobre problemas de poluição e degradação das fontes hídricas que abastecem as comunidades. Para a avaliação qualitativa da água, os monitores voluntários das comunidades recebem kits certificados pelo GWW para a análise de *Escherichia coli* e outros coliformes. Na comunidade de Riacho das Pedras, foram analisados sete pontos. O açude da Zoé, açude do Sessenta e a cisterna do Sr. Oliveira, são três pontos em destaque. A ação dos vigilantes reduziu o número de *E. coli* no açude da Zoé, de 100 para nenhuma colônia NMP.100 mL⁻¹, de fev./10 a mai./10. Apesar da oscilação do número de *E. coli*, houve "acomodação" dos moradores quanto aos problemas causados pela bactéria, ação que é notada pelo aumento, de jan./10 a ago./08, dos níveis de *E. coli* no açude do Sessenta (de 0 para 200 NMP.100 mL⁻¹). O poço do Sr. Oliveira reduziu o número de *E. coli* significativamente de 1.800 para 100 colônias NMP.100 mL⁻¹, de jan./10 a ago./10. Além do monitoramento participativo comunitário, o programa tem proporcionado mudanças no modo de pensar e agir da comunidade, com a elaboração de estudos de caracterização ambiental, diagnóstico sócioambiental, construção de cisternas escolares e plano de resíduos sólidos.

P318

A INSERÇÃO DO SETOR SAÚDE NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DO ESTADO DA BAHIA

Paula Cristina Souza Ribeiro, Paula Muniz do Amaral
Secretaria da Saúde do Estado da Bahia

INTRODUÇÃO: Estimativas, ainda que aproximadas, dos impactos potenciais das mudanças climáticas na saúde são um insumo essencial para as discussões de políticas públicas. **OBJETIVOS:** Relatar a inserção do setor saúde no processo de construção da Política Estadual de Mudanças Climáticas da Bahia. **METODOLOGIA:** Com a elaboração do Plano Nacional e do Projeto de Lei de Mudanças Climáticas em 2009, foi sugerido que os Estados elaborassem suas Políticas e Planos Estaduais. Em junho de 2009, iniciou o processo de construção da Política Estadual de Mudanças Climáticas da Bahia (PEMC), sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA). Foi estruturado Grupo de Trabalho (GT-PEMC), regulamentado pela Portaria nº 70 de 21/08/2009, composto por representantes de nove Secretarias do Governo, entre elas a Secretaria de Saúde (SESAB) por meio da Diretoria de Vigilância Sanitária e Ambiental (DIVISA). Foi apresentado pela SEMA documento base para discussão da política, por meio de reuniões periódicas do GT e consultas públicas à sociedade. **RESULTADOS:** No Projeto de Lei Nacional de Mudanças Climáticas o setor saúde não estava contemplado, e como os efeitos das mudanças climáticas estão relacionados diretamente à saúde humana, foi incluído entre os instrumentos da PEMC, o Plano Estadual de Saúde, que no cerne de suas ações contempla atividades que evitam ou minimizam os impactos negativos das mudanças climáticas à saúde humana. Também foi inserido o Conselho Estadual de Saúde, como um dos colegiados para articulação da gestão. Todas as contribuições foram consolidadas e deram origem ao Projeto de Lei que institui a Política sobre Mudança do Clima do Estado da Bahia que está em tramitação na Assembleia Legislativa desde abril deste ano. **CONCLUSÃO:** A inserção da saúde na estruturação das ações do Estado da Bahia em relação às mudanças climáticas irão reduzir a vulnerabilidade da população aos impactos de futuras tensões e perigos inesperados.